



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12160 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT09 - Trabalho e Educação

A RECONFIGURAÇÃO DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO: Um mapeamento de estudos e argumentos

Pedro Henrique Silva Santos Machado - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Micaela Balsamo de Mello - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Rodrigo da Silva Pereira - UFBA - Universidade Federal da Bahia

**A RECONFIGURAÇÃO DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO:
um mapeamento de estudos e argumentos**

RESUMO: Este trabalho buscou sistematizar os argumentos que indicam que a Teoria do Capital Humano se estrutura em novas bases na sociedade capitalista, norteando sua lógica e repercutindo na educação e na função social da escola. Realizamos uma breve revisão da literatura, destacando discussões que aparecem como fundamentos nas referências sobre o tema. O estudo evidenciou que a transformação da noção clássica de Capital Humano é resultado da sua expansão e assimilação nos diferentes campos da sociedade e que esse movimento vem recrudescendo a lógica do capital e intensificando a disputa da educação e da escola para difundir e consolidar sua hegemonia.

Palavras-Chave: Neoliberalismo. Teoria do Capital Humano. Políticas educacionais.

Introdução

A teoria clássica do Capital Humano indica que parte do crescimento econômico está vinculado ao investimento em educação formal. Este investimento poderia explicar também diferenças individuais, como renda, produtividade e mobilidade social. Seria a reprodução da lei da oferta e procura na relação de trabalho, o que fundamenta a ideia da meritocracia e da competitividade na formação do trabalhador e centra a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso nos indivíduos (FRIGOTTO, 2011). A partir dessa lógica, diferentes reformas educacionais foram empreendidas, especialmente nos anos 1970 durante o regime militar, na tentativa de responder às demandas formativas do mercado.

As mudanças nas relações de produção, pautadas pela acumulação flexível e o modelo toyotista, passam a direcionar os sistemas de ensino para a adaptação às demandas produtivas deste novo contexto. A Teoria do Capital Humano (TCH), embora mantenha a relação entre a educação e o processo produtivo, tem o seu significado substantivamente alterado e difundido

por organismos internacionais (SAVIANI, 2021).

Ao considerar que a retomada da TCH tem balizado estudos, discurso e políticas educacionais, consideramos relevante desenvolver este estudo. Propomos aqui sistematizar alguns dos argumentos que indicam a reconfiguração da TCH a partir do estabelecimento da razão neoliberal e reestruturação produtiva. Para seu desenvolvimento realizamos uma breve revisão da literatura, destacando discussões que aparecem como fundamentos nas referências sobre o tema.

A reconfiguração da TCH na perspectiva de diferentes autores Becker, no texto intitulado *Human Capital Revisited* (1994), indica algumas transformações do Capital Humano nas últimas três décadas resultantes da difusão da TCH e da repercussão do desenvolvimento de tecnologias. Segundo o autor, a partir de 1980, a diferença de renda determinada pela formação ficou ainda mais demarcada. Como resultado, a formação nos níveis médio e superior se ampliou com a perspectiva de que o conhecimento e as informações adicionais adquiridos geram impactos positivos nas economias tecnologicamente avançadas. Tal dado implicou na preocupação de diversos países em participarem da concorrência econômica e do aumento das taxas de produtividade a partir da preocupação com a qualidade e a quantidade de educação e treinamento oferecidos aos cidadãos. Outro dado apontado é a participação das mulheres nas universidades e no mercado de trabalho. Para o autor, a assimilação da lógica de formação para acesso ao mercado de trabalho se sobrepôs às imposições sociais tradicionais de comportamento e atribuições esperados para mulheres. No processo de assimilação da TCH e suas transformações, evidencia-se a relação entre o Capital Humano e a tecnologia. A exemplo, destaca que na agricultura a educação pode ajudar os agricultores na inclusão de novas práticas e possibilidades que os tornarão mais competitivos no mercado.

Outra atualidade da TCH que Becker apresenta diz respeito a uma leitura possível do peso dos diplomas. Existe a possibilidade de que a produtividade seja inerente a aqueles que buscam a certificação e não necessariamente advenham da formação. Becker nomeia como “*Credentialism*” a mensagem que diplomas e certificados transmitem sobre as possíveis características do trabalhador.

A partir de outro paradigma de análise, Motta (2008) traz diferentes contribuições para compreender a reconfiguração da TCH. A autora argumenta que o rejuvenescimento da TCH está atrelado a uma reconfiguração do papel atribuído à educação e a escola na sociedade capitalista: na teoria clássica, a função era de integrar os indivíduos à vida produtiva. A partir da sua reconfiguração, sua função se deslocou para a de inserção no mercado, no contexto da mundialização, em que este está cada vez mais competitivo e restrito.

Os esforços direcionados para lidar com o aumento da pobreza, desigualdade e desemprego passam a ser localizados na “vocação produtiva” de cada grupo, desenvolvendo “capital social” através de competências emocionais e morais para as camadas da classe trabalhadora cuja demanda pela força de trabalho foi reduzida. Motta atribui esse deslocamento ao aprofundamento do individualismo e da meritocracia na sociedade capitalista, premissas que sustentam a TCH. Assim, há uma ampliação do aspecto economicista e produtivista atribuído à educação, agora associada a conformidade, somada a “elementos pretensamente humanizantes, éticos e moralmente voltados para a conformação da vontade” (MOTTA, 2008, p. 249).

Coadunando a análise, López-Ruiz (2009) discute a diluição da fronteira conceitual entre “consumo” e “investimento” que foi difundida a partir do neoliberalismo e a reconfiguração da TCH. Para o autor, essa diluição é a chave para compreensão da lógica atual que orienta a sociedade em relação ao seu funcionamento e seus valores. A reconfiguração da TCH transforma o consumo em investimento e, portanto, o consumidor em investidor,

estabelecendo a busca de retornos a posteriori, numa nova relação entre o presente e o futuro. Segundo o autor, a orientação ideológica indica:

aos indivíduos a se pensarem como um empreendimento – isto é, a sua atividade, o seu trabalho, a sua carreira e ainda, a sua própria vida. Trata-se de uma concepção da vida e um estilo de vida que os tornam únicos responsáveis por tudo o que com eles acontece, únicos responsáveis por si próprios, ou seja, nos termos dessas doutrinas: do seu “capital”. (LÓPEZ RUIZ, 2009, p. 227)

A partir da fronteira difusa que é possível ordenar e legitimar socialmente prioridades cambiantes. Outra referência fundante para nossa discussão é feita por Frigotto, e especial no texto “Novos fetiches mercantis da pseudo-teoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio”, de 2011. O autor se preocupa em situar a TCH desde sua gênese, num processo histórico que envolve a luta crescente da classe trabalhadora e a relação de exploração e expropriação no processo de produção, com o “surgimento da relação linear entre educação, economia e emprego” (FRIGOTTO, 2011, p. 21). Ali, a dualidade da escola atendia a necessidade de implantar reformas educacionais como medida para diminuir a desigualdade devido ao temor de ampliação do socialismo em regiões pobres, especialmente na América Latina, que tinha como o exemplo da Revolução Cubana.

O autor destaca que as novas bases da TCH foram construídas concomitantemente com as novas bases do modo de produção, no contexto de globalização, desenvolvimento tecnológico e de redução da ameaça de ampliação do socialismo. O modo produção se reestruturou naquele momento, considerando os instrumentos de produção, os instrumentos de trabalho e a apropriação do conhecimento. Sobre os instrumentos de produção, destaca que houve um salto tecnológico que introduziu a produção a microeletrônica, as novas fontes de energia, além do desenvolvimento das ciências da informação e ciências da natureza. Com relação aos instrumentos de trabalho, a automatização ampliada, os sistemas e as redes interligadas, com tecnologia flexível e adaptável às necessidades de cada ramo, permitiram uma nova forma de organização. Soma-se ainda a apropriação privada do conhecimento humano produzido socialmente, a qual o autor indica como principal mecanismo para o ataque aos direitos dos trabalhadores e ampliação de super exploração e expropriação do trabalhador:

O capital já não necessita de todos diretamente e, portanto, não há lugar para a estabilidade do trabalhador. Cada indivíduo tem que isoladamente negociar o seu lugar e moldar-se com a flexibilidade que o mercado necessita e pelo tempo que necessita. **Como se pode perceber já não é a sociedade, a integração a um conjunto de direitos sociais como o emprego, saúde e educação, moradia, transporte, a cultura, etc., que são a referência, mas a luta do indivíduo sem proteção** (FRIGOTTO, 2011, p. 26, grifos nossos).

A partir do Consenso de Washington e o estabelecimento da lógica neoliberal, foi definido um receituário para o ajuste das economias, especialmente dos países de economia dependente. A razão neoliberal estabeleceu como princípios a competitividade e o individualismo. É neste momento que as noções de sociedade do conhecimento, qualidade total, pedagogia das competências, empregabilidade e empreendedorismo ganham mais espaço e passam a impregnar as políticas educacionais, de maneira a moldar os sistemas educacionais de acordo com seus interesses de classe. A ideia de Sociedade do conhecimento busca difundir a crença na tecnologia como possibilidade de superação das desigualdades

“mascarando a realidade de que a tecnologia é cada vez mais propriedade do capital contra o trabalho.” (FRIGOTTO, 2011, p. 09). Já a ideia de qualidade total se relaciona com a maximização da produtividade do trabalhador e da competitividade do serviço ou produto no mercado. A noção de empregabilidade afasta as estruturas de garantias de direitos do trabalhador, especialmente as instâncias da coletividade, que é sabotada pela lógica da competitividade e individualidade.

No campo da educação tais noções se desdobram na Pedagogia das competências, derivada “de relações sociais concretas de ultra individualismo, de desmonte dos direitos sociais e coletivos e de políticas universais [...] Vincula-se a uma visão mercantil e ao trabalho flexível, instável e precário”(FRIGOTTO, 2011, p. 28). A Pedagogia das competências se traduz, assim, no mecanismo de hegemonia para transpor as ideias de mercado para a formação do proletariado alinhados a TCH rejuvenescida, ajustando-se aos sistemas do ensino em todos seus níveis “Os critérios mercantis estão cada vez mais arraigados na organização da escola, nos conteúdos, nos métodos pedagógicos e nos processos de controle e de avaliação.” (FRIGOTTO, 2011, p. 30).

O autor destaca a ênfase ao empreendedorismo como construção da imagem de sucesso e de protagonismo a partir do investimento em si mesmo, que desloca a responsabilidade para o indivíduo de garantir as condições de sobrevivência e de direitos sociais, ainda que boa parte dos trabalhadores formam o exército reserva, tratando-se, na verdade, que “um convite ao trabalho informal e precário, totalmente desprotegido dos direitos sociais”(FRIGOTTO, 2011, p. 30). Em síntese, o rejuvenescimento da TCH evidencia uma perspectiva desintegradora e individualizadora, na qual os indivíduos estão isolados e, portanto, destituídos de proteção social e da organização sindical.

Considerações finais

O presente trabalho buscou sistematizar os argumentos que indicam que a TCH se estrutura em novas bases na sociedade capitalista e tais bases têm norteado uma nova lógica que repercute na educação e na função atribuída à escola. A análise que Becker faz é balizada pelo paradigma neoliberal, considerando que sua difusão é favorável para economia e, por conseguinte, para a sociedade. A partir da análise do texto, depreendemos que as transformações da noção clássica de Capital Humano são resultado da expansão e assimilação da teoria nos diferentes campos da sociedade.

Já para Motta, Lopes-Ruiz e Frigotto a reconfiguração da TCH é produto de um contexto em que a relação entre a educação e empregabilidade se apresenta de uma forma ainda mais precária. Motta destaca o deslocamento da função econômica atribuída à escola pela lógica neoliberal da escola, de integração ao mercado de trabalho para a conformação da vontade e a precarização, transferindo a responsabilidade de garantias para os indivíduos. A escola, então, assume o papel de educar para a resignação. Na mesma esteira, López-Ruiz indica que a reconfiguração da TCH é intrínseca a uma associação conceitual entre "consumo" e "investimento", na qual a transformação do consumo em investimento leva a considerar os indivíduos como empreendimentos de si próprios, em conformidade com os interesses do mercado. Frigotto indica que, no campo educativo e da qualificação do trabalhador, a TCH se estruturou sobre as bases da “sociedade do conhecimento”, “qualidade total”, “educação para

a competitividade”, “formação abstrata e polivalente” na busca de novos caminhos frente à reestruturação produtiva e às repercussões da globalização, conformando propostas educacionais à competitividade, individualidade e precariedade.

A partir do exposto, depreendemos que a impregnação da TCH e suas novas bases na sociedade tem influenciado poderosamente no estabelecimento da lógica capitalista e busca a educação e a escola para difundir e consolidar sua hegemonia. Para além dos estudos citados neste trabalho, de caráter conciso, outros podem colaborar para um mapeamento mais profundo em estudos mais amplos. Empreender tal tarefa é importante para identificar mais argumentos e pontos de confluência, avaliando a reverberação destes nas políticas educacionais atuais e em mecanismos de construção de novas hegemonias que façam frente ao esvaziamento da função social da escola diante da função econômica que lhe é atribuída na sociedade capitalista.

Referências

BECKER, Gary S. Human Capital Revisited. In, BECKER. Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis. THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS. 3a ed. 1994. p. 15 - 28.

MOTTA, Vânia Cardoso da. Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo. Trabalho, Educação e Saúde [online]. 2008, v. 6, n. 3, p. 549-572.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Novos fetiches mercantis da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. In; ANDRADE, Juarez de e PAIVA, Lauriana G. de (orgs.). As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011, p.18-35.

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo Javier. O consumo como investimento: a teoria do capital humano e o capital humano como ethos. Mediações. Londrina, v. 14, n.2, p. 217-230, Jul/Dez. 2009.

SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil - 6º ed. rev. ampl. Campinas: Autores Associados, 2021.